

Cartografando conexões entre as políticas públicas para diversidade cultural no Brasil e no Canadá

Mapping connections between the public policies for cultural diversity in Brazil and Canada

Cleusa Maria Gomes Graebin¹

Submetido em 31 de março e aprovado em 10 de abril de 2014.

Resumo: À luz da abordagem das “histórias conectadas”, da história cultural e considerando os conceitos de jogos e nós de memória de Gerard Bouchard, reflete-se sobre o cenário das políticas públicas para a diversidade cultural no Brasil e no Canadá. Também, analisam-se as experiências brasileiras e canadenses mais recentes, argumentando sobre as complexidades enfrentadas nos dois países em se tratando desse tema.

Palavras-chave: Diversidades culturais. Memória social. Políticas públicas. Brasil e Canadá.

Abstract: In light of the “connected histories” approach, of cultural history, and considering Gerard Bouchard’s concepts of games and memory nodes, a reflection is made about the public policies scenario for cultural diversity in Brazil and Canada. Also, the most recent experiences of Brazilians and Canadians are analyzed, as the complexities faced in both countries when it comes to this theme are addressed.

Keywords: Cultural diversity. Social memory. Public policies. Brasil and Canada.

Introdução

A partir da atuação no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (Unilasalle Canoas, RS, Brasil) e da aproximação com estudos de pesquisadores canadenses sobre temas relativos à cultura e à memória, tem-se refletido sobre o cenário das políticas públicas para a diversidade cultural no Brasil e no Canadá. Mundos plurais esses, guardadas suas especificidades, marcados pela colonização europeia, respectivamente ibérica e anglo-francesa, pela presença de povos autóctones e de grupos

de imigrantes de diversificada procedência que sucessivamente ali têm habitado e reconstruído suas vidas.

Assim, na escrita deste texto, parte-se do princípio de que alguns elementos relacionados às suas trajetórias históricas conectam as trajetórias históricas de Brasil/Canadá. São eles: a presença da escravidão (mesmo que em escalas diferenciadas); a ocupação de espaços habitados por povos autóctones; a presença de culturas hegemônicas e culturas minoritárias; a construção do espaço; os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; os discursos de construção de identidade nacional; as negociações dos sujeitos sociais nas suas relações; as errâncias, as diásporas², os múltiplos pertencimentos, as hibridações, as experiências e vivências; os grupos que emergem do corpo social e reclamam escuta; as mobilidades culturais; e a construção de múltiplas memórias, sejam elas oficiais, dolorosas, algumas mantidas subterrâneas, ou ainda outras que ao interromper um esquecimento imposto, instauram movimentos de resistência.

As questões que norteiam este trabalho são: como se tem dado o reconhecimento da diversidade cultural? A diversidade orientou/orienta agendas, programas e ações em termos de políticas públicas? Essas políticas levam em conta diálogos sobre releitura de memória histórica e de identidades já construídas? Levam em conta múltiplas temporalidades e memórias?

Entende-se que a justificativa e a relevância destas reflexões se fundamentam nas seguintes razões: a abertura das discussões sobre diversidades culturais no âmbito da *Revista Interfaces Brasil-Canadá*; a carência de investigações acadêmicas no Brasil sobre as experiências históricas dos dois países em relação ao tema escolhido; a atualidade da problemática que envolve diversidade cultural, elemento que não pode ser desprezado na viabilização de agenda social inclusiva, que leve em conta empoderamentos e protagonismos de minorias, e quando se pensa projetos de desenvolvimento político, social, econômico e cultural, atingindo todo o corpo social.

Como objetivos busca-se discutir as políticas públicas para diversidades culturais, a partir: da abordagem das “histórias conectadas”; do campo da história cultural e de pressupostos teóricos de Gerard Bouchard (2009), que trabalha com conceitos como o de memórias longas e considera que as construções identitárias são atravessadas por disputas que envolvem jogos e nós de memórias. Também, procura-se analisar as experiências brasileiras e canadenses mais recentes e contribuir para

os debates a respeito das diversidades culturais, argumentando sobre as complexidades enfrentadas nos dois países.

Nesse sentido, entende-se que o Programa como o de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle Canoas é um espaço de formação, reflexão e ação para aqueles que se dedicam a atuar na área cultural, notadamente no que se refere ao tema da diversidade cultural. Também, a internacionalização daquele, a partir de estreitos laços com instituições de ensino superior e de pesquisa canadenses, auxiliam a promoção de debates sobre a temática, foco deste trabalho.

No entanto, é necessário que se discuta, com a brevidade que o espaço deste texto permite, os aportes teóricos que darão ancoragem ao trabalho: a) a abordagem das “histórias conectadas”, expressão proposta por Sanjay Subrahmanyam (1997) e adotada por Serge Gruzinski (2001), consiste em trabalhar, a partir de múltiplas escalas de observação, pontos de conexão internacionais e intercontinentais que articulam trajetórias históricas de sociedades distintas, cujas historiografias não os levaram em consideração, os excluíram, os invisibilizaram, ou ainda os minimizaram. Neste caso, partir das políticas públicas para diversidade cultural implica compreendê-las como margens que estão em contato com outros universos e/ou instituições (estratégias e ações na França, Estados Unidos, Brasil, Canadá, Unesco etc.). Também, reconhecê-las como espaço de confrontações, conflitos, disputas e negociações. b) Pressupostos da história cultural para pensar as conexões entre os mundos construídos pelos diferentes grupos e os sentidos que estes lhes atribuem a partir de suas experiências e vivências, daquilo que é dito (e não dito), das imagens, das práticas, objetos, das disputas, conflitos e acomodações, sensibilidades e memórias. c) Aproximando história e memória, aqui as entendendo como representações narrativas que propõem uma reconstrução do passado (PESAVENTO, 2003), trabalha-se com o que Bouchard (2009) denomina de memória longa, memória emprestada e nós da memória. Isto, para discutir como questões relativas à diversidade cultural, conectam Brasil e Canadá, levando em consideração os marcadores de identidade e de memória dessas chamadas “nações novas” (BOUCHARD, 2009, p. 10).

Para estudar as conexões entre as trajetórias históricas de Brasil e Canadá, partindo das políticas públicas para as diversidades culturais, buscou-se montar um *corpus* que levasse em conta fontes como documentos oficiais, relatórios, cartas, declarações, convênios, convenções sobre diversidade cultural e políticas públicas, entre outros. Também foram

realizados levantamentos da produção bibliográfica sobre o tema, no Brasil e no Canadá, com a perspectiva de dialogar com as ideias ali postas em circulação e os posicionamentos políticos e intelectuais.

Verificou-se, a partir de investigação na base de teses e dissertações da Capes (disponível no Portal Domínio Público) que há uma carência de estudos acadêmicos que discutam especificamente o tema deste trabalho no Brasil. Por outro lado, percebe-se a existência, no país, de literatura com discussões aprofundadas sobre identidade nacional e seus componentes (MAIA, 2007). No Canadá, há consistente produção, incluindo-se discussões teóricas, jurídicas e filosóficas e abordagens práticas sobre multiculturalismo e imbricado neste, a diversidade cultural.

Assim que, a partir de pressupostos levantados nessa documentação, passa-se à reflexão já esboçada no início do trabalho.

Diversidade cultural: discutindo o conceito

Diversidade cultural³ é conceito polêmico e polissêmico associado a outros que, de igual forma, apresentam no seu bojo definições conflitantes do social: multiculturalismo, cosmopolitismo, interculturalismo, pluralismo cultural, política da diferença, política da igualdade, multiculturalismo crítico, entre outros. O conceito tem sido utilizado para dar visibilidade às diferenças que existem entre os indivíduos, como eles reagem e dão respostas a questões que se relacionam com os cenários culturais. A polêmica consiste em, entre outros, que as relações sociais se dão em contextos de disputas e que as diversidades passam por movimentos, ora em direção ao seu desvelamento e afirmação, ora ao apagamento e homogeneização. Outrossim, deve-se levar em conta que diversidades são constantemente reafirmadas, não só com o intuito de empoderamento, mas também para desvalorização e discriminação daquele que é considerado o “inferior”. Outras são silenciadas e Sousa Santos (1999, p. 206) pergunta: como realizar diálogo com aqueles cujas culturas “[...] foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis”?

Lopes informa que “[...] a diversidade cultural constitui marca inegável dos mais de 190 Estados-Membros da ONU. Praticamente não há, hoje, Estado que não possa ser considerado multinacional ou multiétnico” (2012, p. 67). A autora compreende que as discussões a respeito da diversidade cultural e do multiculturalismo nascem no âmbito

da globalização e dos seus efeitos, ou seja, do processo de uniformização cultural e desestruturação da narração nacional. Também, afirma que são inúmeros os problemas associados à diversidade cultural para os Estados e que os governos têm debatido e pensado formas de amenizá-los, por exemplo, quando minorias tornam-se visíveis e demandam reconhecimento e políticas públicas. Junto com a globalização, a mobilidade espacial e os meios de comunicação potencializam esse fenômeno.

Pode-se pensar Brasil e Canadá como sociedades multiculturais que apresentam diversidade cultural que, segundo Moreira, são derivadas “[...] de dinâmicas sociais como classe social, gênero, etnia, orientação sexual, cultura e religião [...]” e se expressam “[...] nas distintas esferas sociais” (2001, p. 18). Portanto, a diversidade não é um dado natural e sua compreensão demanda entendê-la como processo em uma contextualização histórico-social. Neste, há a presença de conflitos interétnicos, minorias que são discriminadas e que advogam direitos a reconhecimento, protagonismo político e inclusão. Embora atravessadas por essas tensões, são sociedades permeáveis que, no entender de Taylor (1997), se encontram mais receptivas às migrações multinacionais e, portanto, cada vez mais multiculturais e com maiores desafios a esse respeito.

Nesse sentido, Santos (2005) diz que o paradigma sociocultural da modernidade já não mais sustenta as complexidades que afetam o mundo como o conhecemos, com cenários definidos pela globalização. Anico e Peralta (2004) informam que, nesse contexto, existem tendências à homogeneização das culturas, à “desautorização” da tradição em termos de sustentação da vida social, mas também, localmente, o empenho de agentes (políticos, acadêmicos, econômicos, técnicos, sociais) de reconstituir vínculos de identificação e pertencimento, promovendo minorias e trazendo à tona culturas que estavam invisibilizadas. São dados espaços às comunidades, criam-se comemorações e “lugares de memória” e um discurso identitário sobre o passado. No seio das diversidades culturais, atores negociam constantemente de modo a se dar distinção. Ao mesmo tempo em que as comunidades estão voltadas para consolidarem identidades, abrem-se para o global, o que é conhecido como o fenômeno da “glocalização”. Considera-se, esse, mais um elemento a aumentar a complexidade das questões que envolvem as diversidades culturais. Touraine (1997) chama a atenção para o problema da fragmentação do mundo em comunidades em que poderes locais idealizam uma unidade cultural total ou ainda, de um *melting pot*⁴ cultural mundial.

Ao se refletir sobre o Brasil e o Canadá, percebe-se que seus processos de colonização e de formação do estado nacional contribuíram para uma pretensa ideia de unificação das diversidades culturais, quando muitas foram suprimidas e outras silenciadas. Contemporaneamente, deu-se o questionamento dessa narrativa nacional no Brasil e, após duas décadas de ditadura civil-militar (1964-1985)⁵, no processo de reconstrução do Estado democrático de direito, tem sido buscada a preservação e a garantia das diversidades culturais. No Canadá, a partir dos anos 1970, tem-se aberto novos campos de investigação, teorização e investimento em políticas de Estado para a diversidade linguística e cultural de seus cidadãos.

Entre os autores canadenses que tratam do multiculturalismo – e, por conseguinte, das diversidades culturais –, escolheu-se trazer alguns aportes de Taylor.⁶ Trata-se de filósofo canadense, nascido em Montreal em 1931, que se tem dedicado a estudar as questões que envolvem o multiculturalismo, identidade e suas expressões, colocando que a cidadania multicultural é o melhor modelo que poderá responder à diversidade do mundo atual. Isto para se fazer frente, de uma forma mais justa, à homogeneização e à fragilidade da pluralidade cultural de nossas sociedades, no contexto da globalização.

Para esse autor, o reconhecimento social frente ao outro se relaciona com a busca pela autenticidade⁷ em uma comunicação com caráter fundamentalmente dialógico. Para ele:

[...] minha descoberta de minha identidade não implica uma produção minha de minha própria identidade no isolamento; significa que eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis por que o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. (TAYLOR, 2000, p. 248).

Então, não se tem identidade fixa e sua construção não se dá separada do social. Esta se forma a partir do diálogo com o outro, sem um roteiro predefinido. Portanto, a esfera pública tem de prestar atenção às demandas de reconhecimento da diversidade cultural e nas formas de identidade historicamente construídas, pois a elas pode ter sido negado o reconhecimento, o que pode se constituir em uma forma de opressão.

Taylor (2000) critica o liberalismo dizendo que está baseado numa visão atomizante do sujeito que impede a compreensão das necessidades coletivas e identitárias das comunidades. Nesse sentido, o autor desenvolve

o que chamou de “política da diferença profunda”, discorrendo sobre o indivíduo portador de direitos em um “mosaico cultural”, tratando da possibilidade de um novo federalismo em que garanta as demandas das comunidades históricas, das comunidades novas e o respeito às individualidades. Propõe um novo nacionalismo que procure articular as diversidades em torno de objetivos comuns e diferenciados, com um modelo de governo flexível e descentrado. Taylor fala de “reconciliar as solidões” (1992, p. 36-37), valorizando a aproximação progressiva à mediação e ao diálogo entre culturas em confronto e às diferentes manifestações do nacionalismo. Os estudos deste autor abrem possibilidades de se pensar a complexidade da realidade em que se vive atualmente (em 2014) e a busca de caminhos a percorrer para compreendê-la, explicá-la de maneira a agir em prol de entender a diversidade cultural não como limite, mas sim como recurso para interação e construção de novos espaços comuns.

No Brasil, o conceito de diversidade cultural está imbricado historicamente e estruturalmente⁸ com o de desigualdade social⁹ e o de identidades étnicas (afrodescendente, afro-brasileiro e indígena). A partir dos anos 1970, tomando força na década de 1980, movimentos sociais, no contexto da redemocratização, passam a reivindicar reconhecimento de identidades dando as bases para uma proposta multicultural para o país. Esta se completou na Constituição de 1988, quando pelo artigo 215, o corpo social brasileiro foi considerado de natureza pluricultural e multiétnica. O que ocorria no Brasil pode ser caracterizado como busca de reconhecimento e direito de cidadania. Nesse sentido, pode-se verificar variados estudos no campo da educação, propondo a inserção, no currículo escolar, de conteúdos sobre história da África, cultura africana e afrodescendente e história e cultura indígena¹⁰.

Daí decorrem problemas sobre os quais já se tem refletido: é possível adotar políticas multiculturais no país, uma vez que a categoria “minorias étnicas” não é suficiente para explicar, por exemplo, a população formada por negros e mestiços? Como trabalhar com a estreita relação diversidade cultural-desigualdade social? Como utilizar a categoria diversidade cultural quando se fala de identidade afrodescendente e indígena, localizando um sujeito, atribuindo-lhe uma universalidade hegemônica? Convém lembrar aqui as diversidades entre os descendentes de africanos e entre os indígenas. Nascimento chama a atenção para o “[...] perigo do ‘fechamento’ das identidades em torno de ‘essencialismos’” (2003, p. 108).

O que se percebe, quando se investiga a diversidade cultural no país, é que ainda se aborda a identificação do diferente (contempla-o, mas não o vê¹¹) e não o reconhecimento das diferenças. Dá-se visibilidade à desigualdade social, o Estado produz políticas compensatórias que visam à igualdade, no plano dos direitos entre os grupos, privilegiando pertencimentos (étnico ou de gênero), mas há pouco debate sobre diversidade cultural no campo das representações sociais e sobre a questão da autenticidade, ou seja, os que foram silenciados, ainda continuam assim, pois quem fala pelos mesmos são os movimentos sociais que ainda os colonizam. Gusmão (1999, p. 43) comenta que o desafio colocado é o de “[...] ter de reconhecer as diferenças e transformá-las em matéria-prima da compreensão e da solidariedade humana”. O que pensam os diferentes sobre si mesmos? Qual é a sua história singular? Que sentidos e significados atribuem ao mundo? É possível fazer do outro o nosso próximo e conhecido e aprendermos e dialogarmos, sem pensar em imposições de um sobre o outro, de quem tem poder ou não?

Acredita-se que é necessário debates mais amplos sobre nossa humanidade; sobre os processos de construção de conhecimentos das diversidades culturais a partir das perspectivas delas mesmas e sobre estratégias de reconhecimento; de trânsito sem hierarquização; da discussão que não se reduza à constatação das desigualdades, conflitos e tensões e das políticas de fundo compensatório; enfim, a criação em conjunto de educação para a diversidade, a partir de interação dialógica, “[...] entendida menos como uma atitude de respeito passivo e mais como uma forma de estar no mundo, em que a articulação das diferenças se configura como pré-requisito ao desenvolvimento humano” (BARROS, 2008, p. 22).

Onde memória e mito se entrelaçam¹²: a construção de narrativas sobre as diversidades culturais no Brasil e no Canadá

Bouchard informa que:

Quando uma coletividade se percebe e se afirma como nação, ela se apressa em estabelecer um território, fronteiras, reconhecendo a si própria uma homogeneidade de crenças e de costumes, constrói um arsenal de mitos distintos, forja marcadores de identidade e de memória. (2009, p. 9).

Em termos de Brasil, pode-se falar de identidades forjadas por construções memoriais, historiográficas e literárias. Reis aponta para o

fato de que “[...] cada brasileiro continua a ‘reconhecer’ em sua diferença a identidade histórica brasileira, apesar de reconstruída, heterogênea, contraditória, plural e múltipla” (2007, p. XVIII).

Nas narrativas de identidade nacional, o tema da diversidade cultural tem sido recorrente em diferentes momentos e, segundo Gontijo (2003), compreendido a partir dos conceitos de “raça”, cultura e etnicidade. Intérpretes do Brasil fizeram leituras sobre o passado, o presente e o futuro do país, definindo o que a sociedade brasileira, em diferentes temporalidades, pensava o que era e o que gostaria de ser (LE GOFF, 1990). Essas leituras fazem parte da memória social e chegam até nós como traços e fragmentos revelados como documentos. A partir das indagações que são formuladas, pode-se acessar o passado, buscando, no caso deste trabalho, analisar as construções de identidade nacional que atribuíram significados e sentidos ao Brasil.

Para tanto, com a brevidade que o espaço deste texto exige, examinam-se as narrativas de identidade de Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu. Por que esses autores e não outros? Justifica-se a escolha, tendo em vista a construção de identidade nacional: o primeiro fez leitura que primava pela hegemonia do componente luso, entendendo que a sociedade brasileira deveria ser formada a partir da assimilação das diferenças via miscigenação, o segundo dá papel importante ao indígena na formação do povo brasileiro, recusa o passado português e a monarquia.

Antes de prosseguir, remete-se à questão da memória social: as narrativas dos autores escolhidos chegaram, até o momento em que se escreve este texto, a partir de determinadas vontades e circunstâncias. Também, por que são escolhidos para testemunhar uma época e a que se destina a leitura que deles é feita no presente? Há aqui implicada uma intenção e uma concepção de memória social, que Gondar explica como “[...] uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir” (2005, p. 17). Isso já foi estabelecido no início deste trabalho, ou seja: refletir e posicionar-se em relação ao tema da diversidade cultural, partindo das experiências no Brasil e no Canadá.

Isto posto, passa-se às narrativas de identidade nacional para o Brasil. Inicia-se por Francisco Adolfo Varnhagen¹³ que estava inserido no contexto dos anos 1840-50, no bojo da construção do projeto de Estado nacional, instalado em 1822¹⁴. A tarefa era permeada por questões complexas para a época, ou seja: existência de escravos, negros livres, mestiços e populações indígenas e a presença do *outro* externo, caracterizado pelas

repúblicas latino-americanas de fala espanhola. Ao mesmo tempo em que se configurava o que Bouchard (2009) chama de nação nova, também se precisava acudir a uma gênese, o que foi resolvido buscando origens na nação portuguesa, tornando-se, assim, a nação brasileira, a continuadora da missão civilizatória daquela, iniciada com a colonização. Indígenas e negros, entendidos como não portadores dessa civilização, foram excluídos da narrativa de identidade nacional e sua inferioridade foi explicada a partir de critérios científicos.

Outras narrativas, como o indianismo, foram recusadas, pois se entendeu que apenas o homem branco poderia encarnar, ao mesmo tempo, o agente e o objeto do processo histórico. A assimilação, via miscigenação, tutelada pelo Estado, viria a integrar racial e culturalmente o índio, superando sua condição de selvagem e adotando os valores ocidentais e cristãos e eliminar o componente indesejado, o negro. Varnhagen esboçou o homem brasileiro, que por sua vez formaria o povo brasileiro. A miscigenação não se tratava apenas de uma fusão racial; englobava a ideia de aculturação, quando negros e índios se tornariam brancos pelo comportamento, esquecimento e destruição de traços físicos e mentais. Isso, para o autor, além da unidade política, garantiria a unidade racial, evitando desagregação e desordem.

Tomando-se o conceito de memória longa emprestada de Bouchard (2009), pode-se visualizar na leitura de Varnhagen, o Brasil, como nação nova, virar-se para Portugal e tomar a si a continuidade da tarefa civilizadora da antiga metrópole. Assim, segundo seus construtores, teria legitimidade e garantiria o papel que se atribuíra internamente e em relação às demais nações latino-americanas: em meio ao dito caos das jovens repúblicas, a monarquia e o estado centralizado brasileiro garantiriam elementos para prever/prevenir o futuro.

João Capistrano de Abreu¹⁵, segundo Diehl (1998, p. 52), “[...] implementou e renovou a moderna historiografia brasileira [...]”, interpretando o Brasil no contexto dos anos 1870-1880, quando se encontravam abaladas a escravidão e a monarquia. Buscavam-se novas bases para se fundamentar a identidade nacional, uma vez que os próprios intelectuais brasileiros percebiam o fosso entre a leitura que faziam do país e o que a realidade lhes apresentava (REIS, 2007, p. 89). Cabia, no momento, privilegiar o povo brasileiro e sua constituição étnica estudando-os com objetividade, a partir do cientificismo. Capistrano, segundo Wehling

(1994), circulou entre as ideias de Comte, Spencer, Buckle e Taine e as de Ranke, sendo as suas obras baseadas nos pressupostos deste último.

Capistrano negou a visão pessimista que intelectuais brasileiros cientificistas deterministas haviam construído sobre o país, ou seja, que era impossível o Brasil tornar-se uma nação civilizada, tendo em vista, entre outros, a miscigenação. O autor mostrou a atuação do povo brasileiro na ocupação do território e volta as costas para o regime monárquico e à memória lusa. Dá destaque para os aspectos geográficos do país, colocando o espaço como palco do acontecer histórico. Nessa narrativa, traz o português e o negro como elementos exóticos. Sobre o segundo faz uma breve apresentação e após ignora seu peso histórico. Para Reis (2007, p. 99), Capistrano “[...] vai interessar-se mais pelas relações entre brancos e índios e pelo seu mestiço, o mameluco sertanejo”. Em vez da repetição do passado, mostrou a descontinuidade do tempo histórico, criticando tradição e memória. O passado não era mais português, construindo outro, o do povo brasileiro que passa a ser sujeito da história do Brasil. O autor inaugura a superação das raízes ibéricas e define a brasilidade, mestiça, singular nos seus modos de viver e pensar, buscando a identidade nacional no interior do país.

Em Capistrano vê-se a recusa à memória longa e a ruptura com as tradições portuguesas. Bouchard (2009) fala de amnésia, e nesse caso entende-a como voluntária. Apagam-se valores políticos e culturais de um passado tido como oficial e se investe na descrição dos aspectos geográficos, celebrando a natureza, o indígena e o ato fundador, ou seja, a consolidação do Estado nacional, o que se pode vislumbrar num horizonte de expectativa, em uma memória próxima. Bouchard (2009.) chama isso de estratégia de compensação. Embora o indígena tenha tido certo grau de importância na narrativa de Capistrano, o elogio deste é para o homem brasileiro, europeu que passou por processo de diferenciação a partir de sua miscigenação com o índio e pela sua exposição aos elementos climáticos. Os dois autores estudados mostram jogos de memória no que concerne a escolher ou repudiar os ancestrais, bem como na construção de mitos de origem para ancorar narrativa de identidade e, ainda, isso se dá em meio a tensões, conflitos e negociações, partes integrantes da política da memória.

Tratando-se agora do Canadá, dirige-se a atenção para uma de suas províncias mais importantes – o Quebec. Não é a intenção de este trabalho

aprofundar-se na trajetória histórica do Canadá. Apenas levantamos alguns dados que permitam dar conta do que foi proposto nos objetivos, isto é, a discussão das políticas públicas para diversidades culturais. A escolha do Quebec, no universo das demais províncias canadenses se dá pelas suas particularidades e pelas suas narrativas de identidade.

Os autores¹⁶ consultados são unânimes em apontar a sua singularidade¹⁷, a qual consiste em ter o francês como idioma oficial e um sistema legal próprio. Pode-se afirmar que o *outro* do Quebec, externamente como nação, são as demais províncias de língua inglesa, duas também francófonas e as demais nações americanas. Sua narrativa identitária está ancorada na origem francesa (identidade provincial) e na sua francofonia (identidade linguística). Nesse caso, trata-se de uma nação dentro de outra nação.

No decorrer de sua trajetória histórica, o Quebec teve de fazer escolhas: aliança com os povos autóctones, em tempos coloniais, para fazer frente às complexidades do clima e do meio geográfico; a cedência pela França da colônia aos ingleses por conta do Tratado de Paris (1763), na Guerra dos Sete Anos; o incentivo, em tempos contemporâneos (1990), da entrada de imigrantes de qualquer nacionalidade no seu território, tendo em vista a carência de mão de obra.

Um importante momento da história recente do Quebec foi o da Revolução Tranquila, a qual iniciou a partir da chegada ao poder do Partido Liberal (1960). Para os estudiosos consultados, esse evento tanto pode ter-se constituído como uma ruptura com o conservadorismo e a ruralidade, como também, uma aceleração desse processo que iniciara no século XIX, potencializando a urbanização e industrialização, com adoção de políticas para o desenvolvimento regional e para desigualdades sociais. Pressões de movimentos sociais urbanos nos anos 1990 fizeram com que o Estado quebequense acedesse ao que se chamou de *concertation* dos atores sociais, quando estes passam a participar mais ativamente das formulações e implementações de políticas públicas.

No bojo da Revolução Tranquila, o ato de reivindicação de uma cidadania quebequense (e recusa da canadense francesa) marca a ruptura com uma identificação etnocultural com a França e a construção de outra narrativa nacional, reforçando sua singularidade. Internamente e externamente a situação foi tensa: grupos separatistas intentavam a saída do Quebec da federação canadense, enquanto outros desejavam uma maior autonomia política e econômica, o que veio a ocorrer.

Em se tratando de diversidade cultural, o Quebec foi a província que influenciou o Canadá a ratificar (1995) a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, isto porque é relevante, para si, o reconhecimento, no nível internacional, da sua distinção dentro do Canadá. É de se refletir sobre as consequências que isto traz para a sociedade quebequense, ela mesma comportando diferentes comunidades etnoculturais no seu território, o que implica formulação de medidas para a inserção desses grupos e o seu reconhecimento.

Bouchard (2009) coloca o Quebec e suas narrativas de identidade como exemplo de bloqueio ou nó de memória. O autor faz referência a uma progressiva passagem do empréstimo de uma memória longa francesa para um pertencimento que ainda é projeto – uma identidade quebequense em construção. Esta ainda não foi concretizada, pois a memória longa francesa vai paulatinamente perdendo importância, sem ter sido ainda consolidada a construção de nova narrativa memorial. Ainda, a relação com o autóctone não está resolvida, pois não são reconhecidos como sendo os primeiros quebequenses. Portanto, há recusa à memória autóctone e indecisão quanto à representação das origens. Bouchard (2009) informa que a gênese da nação quebequense é ainda uma utopia. Não se funda na memória, não está sendo buscada no passado, mas no futuro. O ato fundador, portanto, ainda não ocorreu.

Cartografando políticas para a diversidade cultural – Brasil e Canadá

A partir de consultas a órgãos governamentais do Brasil e do Canadá, mapearam-se leis, convenções, portarias, relatórios e outros que permitissem verificar as principais ações e estratégias do poder público para diversidades culturais nos dois países.

No Brasil, o grande aporte de políticas para diversidade cultural deu-se a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Quadro 1 – Mapeamento das políticas públicas para diversidade cultural no Brasil

Estado Novo	Política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade e o caráter mestiço do povo brasileiro.
-------------	---

1951	Lei Afonso Arinos: punir com pena de prisão a prática de atos de preconceito de raça ou de cor em atividades comerciais, educativas, esportivas e na concessão de emprego na administração pública e em atividades privadas.
1953	A instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953. Campanha de Defesa do Folclore.
1960-1963	Movimento de Cultura Popular, desencadeado na cidade de Recife (1960) e depois no estado de Pernambuco (1963), pelos governos municipal e estadual de Miguel Arraes, respectivamente.
Governo Geisel (1974-1978)	Política Nacional de Cultura “[...] reflexão sobre qual o teor da vida do homem brasileiro [...] fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais”.
1976	Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC, sob direção de Aloísio Magalhães – entre outros, se buscava estudar alguns aspectos e especificidades da cultura brasileira.
1979	Criação, por Aloísio Magalhães, no âmbito do MEC, da Fundação Nacional pró-Memória.
1988	Constituição – Artigo 215. Defesa da diversidade cultural: garante o direito de acesso da população à sua cultura em sua diversidade; assegura o direito de participação das pessoas no processo criativo e na expressão da própria cultura. Medidas de inclusão social e econômica para os negros ao conferir o direito de propriedade da terra aos remanescentes de Quilombos.
1995	Criado Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra brasileira com a proposição de medidas destinadas a combater a discriminação racial e a promover a integração social e econômica dos afro-brasileiros.
1996	LDB – n. 9.394/96, prevê um capítulo específico para tratar da educação especial, de artigos direcionados à educação indígena e do estabelecimento do dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra.
1997	Incorporação nos Parâmetros Curriculares Nacionais da “pluralidade cultural” como tema transversal, em 1997.

2001	<p>Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, “responsável por propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância”.</p> <p>Criação do Plano Nacional de Educação, que destinou capítulos específicos para educação especial e a educação indígena.</p>
2003 e 2008	<p>Lei n. 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, seguida pela Lei n. 11.645/08, que inclui também a questão indígena nos currículos escolares.</p> <p>MEC instituiu, ainda, por meio de portarias, duas comissões relacionadas à questão da diversidade: em 2003, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Relacionados aos Afrodescendentes – Cadara; em 2004, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI.</p>
2004	<p>Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad –, com o intuito de articular, entre outras questões, o tema da diversidade nas políticas educacionais.</p> <p>Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI – com as funções de assessorar a Secretaria e o Ministério na formulação de políticas de inclusão social e combate à discriminação étnica e racial nos sistemas de ensino, e de subsidiar ações que envolvam a adoção de procedimentos relacionados à educação para afrodescendentes e indígenas.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução n.1, de 17/6/2004), instituídas pelo Conselho Nacional da Educação para regulamentar a Lei n. 10.639/03.</p> <p>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH –, de 2003, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Brasil Sem Homofobia.</p>
2005	<p>Programa <i>Universidade para Todos</i>. Lei n. 11.096/05. Destinação de bolsas de estudos a alunos de baixa renda, com percentual de vagas para estudantes negros, indígenas e deficientes.</p>

2005	<p>Apoio a projetos dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros para produzir conhecimento sobre a temática étnico-racial e ampliar o acesso dos negros ao ensino superior.</p> <p>Apoio a projetos de IES públicas, juntamente com as comunidades indígenas, para a formação superior de docentes indígenas e a permanência de estudantes na graduação.</p>
------	--

Fonte: Rubim (2007), Moehlecke (2009), Ministério da Cultura e Ministério da Educação.

As políticas públicas para diversidade cultural no Canadá foram elaboradas em três fases: Estágio incipiente (pré-1971); Período Formativo (1971-1981) e Institucionalização (1982 até o presente).

Quadro 2 – Mapeamento das políticas públicas para diversidade cultural no Canadá e suas províncias

1947	Canadian Citizenship Act.
1948	Canadá adere à <i>Universal Declaration of Human Rights</i> .
1960	<i>Canadian Bill of Rights</i> .
1971	Adoção oficial do multiculturalismo como política de Estado.
1974	<i>Saskatchewan Multiculturalism Act</i> .
1982	Carta Canadense dos Direitos e Liberdades. A província do Quebec rejeita a assinatura.
1984	Criado o <i>Conseil des communautés culturelles</i> no Quebec.
1984	<i>Alberta Cultural Heritage Act</i> .
1984	<i>Manitoba Intercultural Council Act</i> .
1988	<i>Canadian Multiculturalism Act</i> .
1988	<i>Provincial Multicultural Policy – Prince Edward Island</i> .
1989	<i>The act to promote and preserve multiculturalism – Nova Scotia</i> .
1990	<i>Alberta Multiculturalism Act</i> .
1990	<i>Let's build Quebec together: a policy statement on immigration and integration</i> .
1992	Política Cultural do Quebec – Nossa cultura, Nosso Futuro.
1992	<i>Manitoba Multiculturalism Act</i> .
1993	Adoção do <i>Multiculturalism Act</i> pela British Columbia.
1996	<i>The Human Rights, Citizenship and Multiculturalism Act – Alberta</i> .
1997	<i>New Saskatchewan Multiculturalism Act</i> .
1997	Ontario Multiculturalism Act.

2005	Juntamente com Brasil, França e outros países, trabalho para criar instrumento internacional de proteção e promoção da diversidade cultural que resultou na “Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais” adotada na 33ª seção da Conferência Geral da Unesco.
2007	<i>Consultacion Commission on accommodation practices Related to Cultural Differences</i> (Gérard Bouchard and Charles Taylor).
2008	<i>Policy on Multiculturalism – Newfoundland and Labrador.</i>
2009	Canadá passa a ser membro da <i>Task Force for International Cooperation on Holocaust Education, Remembrance and Research.</i>
2011	Primeiro país a assinar o <i>Ottawa Protocol on Combating Antisemitism.</i>

Fonte: CANADIAN Multiculturalism Revised. Canadá: Library of Parliament, 2013. Disponível em: <<http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2009-20-e.pdf>>.

Do mapeamento das políticas públicas para diversidade cultural no Brasil e no Canadá, percebe-se que existem e persistem esforços em reconhecer a diversidade cultural e a adoção de dispositivos legais que garantem direitos sociais e culturais aos diferentes grupos. As discussões a respeito, de certa forma, colocam em pauta o conceito tradicional de identidade nacional, forçando a rever marcos e discursos referentes. Para o Brasil coloca-se a questão de inserir-se no panorama internacional como nação que busca a realização de seus cidadãos, sua inclusão social e cultural e discutir de forma mais ampla a diversidade cultural e sua relação próxima com a desigualdade social.

Mesmo que avançado em termos de políticas para diversidade cultural, o Canadá ainda enfrenta tensões em relação a dinâmicas identitárias diferenciadas: uma comunidade anglófona e outra francófona; as primeiras nações com suas línguas, elementos espirituais e culturais; e o contingente de imigrantes com grande variedade de origens, cada uma delas com demandas específicas.

Remete-se aqui, a fim de proposição de possibilidade de abordagem das questões que atravessam transversalmente a diversidade cultural no Brasil e no Canadá, aos estudos de Patrick Imbert, sugerindo a coadaptação como competência necessária para se viver em sociedades plurais e indicações de como gerenciar encontros com a alteridade a partir de contexto transcultural, eliminando-se hierarquias e transcendendo os limites culturais (FONTILLE; IMBERT, 2012).

Considerações finais

Perceberam-se as relações entre instituições brasileiras e canadenses/quebequenses em termos de estudos literários, historiográficos, entre outros, discutindo a situação da diversidade cultural, com colaborações em periódicos científicos, apresentação de trabalhos em eventos e publicação conjunta em obras bibliográficas. Para tanto, conta-se com a *Revista Interfaces Brasil/ Canadá* e associações como a Associação Brasileira de Estudos Canadenses - ABECAN.

As questões sobre diversidade cultural, presente nas duas nações, tem mobilizado esforços de intelectuais, movimentos sociais e poderes governamentais em termos de reflexões, estratégias e ações. Inclusive tem fomentado ação conjunta de Brasil e Canadá, como no exemplo da Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e em Seminários como o Seminário Brasil-Canadá sobre a Diversidade Cultural, realizado em Brasília em 2007.

Correlatamente, as estratégias memoriais construídas nos dois países levam em conta projetos de reconhecimento que têm passado ora pela memória longa (BOUCHARD, 2009) emprestada às metrópoles, como também, rupturas com a mesma, buscando, em outro ato fundante, a gênese da narrativa identitária.

A partir desse estudo, entende-se que é preciso um esforço para desatar os nós de memória e reatar os fios soltos das conexões entre as histórias do Brasil e do Canadá. Embora espacialmente distantes e com condicionantes distintos, foi possível visualizar paralelismos nas narrativas identitárias e nos movimentos por reconhecimento a partir dos seus pluralismos, bem como as ações e estratégias para que a comunidade internacional reconheça seus esforços em termos de políticas públicas de inclusão. Tanto no Brasil como no Canadá, destacando-se aqui a província do Quebec, a nacionalidade não é apenas um artefato político. A sua construção envolve negociações, conflitos, jogos de poder e de memória.

No que tange às contribuições deste trabalho para a discussão sobre diversidade cultural quanto ao objetivo de captar conexões entre as histórias do Brasil e do Canadá, a partir dos pressupostos de Subrahmanyam (1995) e Gruzinski (2001), entende-se ter sido profícua a abordagem, tendo em vista a profusão de elementos descobertos que aproximam as suas trajetórias no tempo e que podem proporcionar rico material para futuras pesquisas e ou aprofundamento desta que resultou nesse texto.

Referências

ABREU, J. C. de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1929.

ANDRÉ, M. da C. *O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros*. Brasília: LGE, 2008.

ANICO, M.; PERALTA, E. As políticas culturais autárquicas num contexto de globalização: processos e dinâmicas do patrimônio em Ílhavo e em Loures. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social do novo milênio, Coimbra, 16-18 set. 2004.. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MartaAnico.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

ARAGÃO, G.; PEDRÃO, F. Análise comparativa Brasil-Canadá: possibilidades de cooperação. XI Congresso Internacional da ABECAN: 20 anos de interfaces Brasil-Canadá, Salvador, 24-26 out. 2011. Disponível em: <<http://www.anaisabecan2011.ufba.br/Arquivos/Aragao-Pedrao.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: _____. (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas antidiscriminatórias. *Estudos Feministas*, n. 1, p. 183-193, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16667/15236>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

BEAUCHEMIN, J. O que é ser quebequense: entre a preservação de si e a abertura ao outro. In: GAGNON, A.-G. (Org.). *Quebec: Estado e Sociedade*. Tradução de Zilá Bernd. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 19-38.

BERND, Z. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 40, p. 29-42, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>

&pid=S231640182012000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

BOLAÑOS, A. G. D.; BERND, Z. (Org.). *Dicionários das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010.

BOUCHARD, G. Jogos e nós de memórias: a invenção da memória longa nas nações do novo mundo. In: LOPES, C. G. et al. (Org.). *Memória e cultura: perspectivas transdisciplinares*. Canoas, RS: Salles, 2009.

BOUCHARD, G.; LAMONDE, Y. (Org.). *La nation dans tous ses états: le Québec en comparaison*. Paris: Gallimard, 1997.

BOUCHARD, M.; LÉVESQUE, B.; ST-PIERRE, J. *Modèle québécois de développement et gouvernance: entre le partenariat et le néolibéralisme?* Montréal: Cahiers du Centre de recherche sur les innovations sociales (CRISES) (ET0505), 2005. Disponível em: <<https://depot.erudit.org/bitstream/001609dd/1/ET0505.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

CERQUEDA, S. B.; RAMOS, A. R. O Quebec e as fronteiras da identidade. *Canadart XII*, Salvador, UNEB, v. 12, p. 7-22, 2004.

COSTA, P. *Verso un'ontologia dell'umano: antropologia e antropologia filosofica* in Charles Taylor. Milano: Unicopli, 2001.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DION, L. *Une Identité Incertaine*. 1995. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/dion_leon/identite_incertaine/identite_incertaine.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

FLERAS, A.; ELLIOT, J. L. *Multiculturalism in Canada: the challenge of diversity*. Nelson Canada: Scarborough, 1982.

FONTILLE, B.; IMBERT, P. (Org.). *Trans, multi, inter culturalité, trans, multi, interdisciplinarité*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2012. (Collection L'Espace Public).

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial e a educação brasileira. In: BARROS, J. M. (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa/PPG em memória Social Unirio, 2005.

GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, M.; SOIHET, R. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras “connected histories”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, p.176-195, jan.-jun. 2001. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a7.pdf>.

GUSMÃO, N. M. M. de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a02.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LOPES, A. M. D. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. *Rev. Inter. Mob. Hum*, Brasília, Ano XX, n. 38, p. 67-81, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/301>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

MACLURE, J. Narrativas e contranarrativas identitárias no Quebec. In: GAGNON, A.-G. (Org.). *Quebec: Estado e Sociedade*. Tradução de Carla Müller. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 39-60.

MAIA, A. C. Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e os seus desafios contemporâneos. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade_Cultural/FCRB_DiversidadeCulturalBrasileira_AntonioCavalcanti.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. *Diversidade cultural, identidade nacional brasileira e patriotismo constitucional*. [200-]. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade_Cultural/FCRB_DiversidadeCulturalBrasileira_AntonioCavalcanti.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010015742009000200008&script=sci_abstract>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, set.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a07.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

ODÁLIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997.

PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SALÉE, D. O Estado quebequense e a questão autóctone. In: GAGNON, A.-G. (Org.). *Quebec: Estado e Sociedade*. Tradução de Zilá Bernd. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 119-150.

SANTOS, J. *Políticas Culturais do Quebec; prioridades e desafios*. Monografia de conclusão de Curso de Jornalismo. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult>>.

ufba.br/wordpress/wp-content/uploads/Pol%C3%ADticas-Culturais-do-Quebec-Prioridades-e-Desafios.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SANTOS, M. de O. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. *Rev. Inter. Mob. Hum*, Brasília, ano XVIII, n. 34, p. 27-43, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/207>>. Acesso em: 21 out. 2013.

SOUSA SANTOS, B. de. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, n. 54, jun. 1999. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Porque_e_tao_dificil_construir_teorica_critica_RCCS54.PDF>. Acesso em: 11 jan. 2013.

STEVENSON, G. O Quebec anglófono: uma história política. In: GAGNON, A.-G. (Org.). *Quebec: Estado e Sociedade*. Tradução de Mariana Lustosa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 399-419.

SUBRAHMANYAM, S. Connected Histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurásia. *Modern Asian Studies*. Special issue: the eurasian context the early modern history of Mainland South East Ásia, 1400-1800. v. 31, n. 3, (jul. 1997). USA: Cambridge University Press, 1997. p. 735-762. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/gurminderkbhambra/research/iasproject/1/2/subrahmanyam_connected_histories.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *Rapprocher les solitudes: Écrits sur le fédéralisme et le nationalisme au Canada*. Sainte-Foy: Guy Laforest, Les Presses de l'Université Laval, 1992.

_____. *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

THÉRIAULT, J. Y. L'américanité contre l'américanisation: l'impasse de la nouvelle identité québécoise. *Interfaces Brasil/Canadá*, n. 2, p. 27-36, 2002. Porto Alegre: UFRGS/ABECAN, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces/article/view/824>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

TOURAINÉ, A. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. M. de. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

Notas

1. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, coordenadora e professora do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais e professora do Curso de História (Unilasalle Canoas, RS, Brasil). E-mail: cleusamggr@gmail.com.

2. Ver Bernd (2010).

3. Para Gomes (2008, p. 133): “Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. As diferenças, por sua vez, são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento só passaram a ser percebidos dessa forma porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos.”

4. “A teoria do *melting-pot* utiliza a metáfora da panela de mistura ao afirmar que as diversas culturas das diferentes etnias que emigraram para os Estados Unidos da América fundiram-se e contribuíram com aspectos de sua cultura para a criação da cultura americana. Ela enfatiza a ideia de integração e homogeneização. No Brasil o *melting-pot* foi pensado não como assimilação, mas como miscigenação.” (SANTOS, 2010, p. 32-33).

5. Para saber mais, ver: REIS, D. A. Ditadura civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012. Também consultar: REIS, D. A. O sol sem peneira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

6. A busca pelas obras de Charles Taylor deu-se a partir de dados disponíveis no *site Charles Taylor Bibliography* (disponível em: <<https://www3.nd.edu/~rabbey1/>

primarybibbooks.htm>). Não se tem a pretensão de aprofundar reflexões sobre o mesmo, dada a complexidade do seu pensamento. O que se buscou foi fundamentar a discussão sobre diversidade cultural em um autor que tem influência no processo canadense de resolução para as questões referentes ao multiculturalismo. Nesse sentido, Charles Taylor tem dado relevantes contribuições como, por exemplo, na crise de 1979, quando se instalou no Canadá movimento com impulsos separatistas. Este filósofo participou ativamente nas ações políticas que auxiliaram na manutenção da união da Federação, como também, na renovação das instituições políticas. Sobre dados biográficos de Charles Taylor, ver: COSTA, P. *Verso un'ontologia dell'umano: Antropologia e antropologia filosofica* in Charles Taylor. Milano: Unicopli, 2001.

7. *"There is a certain way of being human that is my way. I am called upon to live my life in this way, and not in imitation of anyone else's."* (TAYLOR, 1991, p. 28-29).

8. Chama-se a atenção para a diferenciação entre negros e brancos na escolaridade e qualificação para o trabalho, estrutura de emprego e distribuição de renda. Os afro-brasileiros em grande maioria não ocupam um lugar sociopolítico-econômico. Sua exclusão, além do caráter econômico também se dá no âmbito da sua nomeação como perigoso à sociedade. Ver André (2008).

9. Segundo dados do IPEA – Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia (junho, 2008), 10% da população detêm 75,4% de toda a riqueza do país. Já o Canadá, tem alto IDH, baixa concentração de renda e taxa de analfabetismo abaixo de 1%. (ARAGÃO; PEDRÃO, 2011).

10. Ver Nascimento (2003).

11. Conforme Gusmão (1999, p. 43).

12. Ver Bernd (2012, p. 31).

13. A base para este estudo se encontra em Diehl (1998), Odália (1997), Reis (2007). Ver: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981. Esta obra foi escrita entre 1854 e 1857.

14. Tarefa desempenhada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1840.

15. Ver ABREU, J. C. de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1929.

16. A saber: Fleras Elliot (1982), Maclure (2003), Dion (1995), Cerqueda (2004), Beauchemin (2003), Salée (2003), Santos (2009), Stevenson (2003), Thériault (2002) e Bouchard (1997).

17. A população do Quebec é formada por cerca de 83% de francófonos, 11% de anglófonos, 6% que falam outro idioma (imigrantes de diferentes origens) e onze grupos autóctones (cerca de 60.000 nativos). Ver SANTOS, J. *Políticas Culturais do Quebec: prioridades e desafios*. Monografia de conclusão de Curso de Jornalismo. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/wp-content/uploads/Pol%C3%ADticas-Culturais-do-Quebec-Prioridades-e-Desafios.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

